

A Democracia em Crise: o olhar da Comunicação sobre as manifestações de rua no Brasil em 2013¹.

Humberto da Cunha Alves de SOUZA²; Myrian Del Vecchio de LIMA³.

Resumo

Ao juntar alguns depoimentos, análises, entrevistas e bibliografia ligados às manifestações de rua ocorridas em junho de 2013, no Brasil, pretende-se aqui permitir outros olhares sobre determinados ângulos desses discursos analíticos; inclusive, e principalmente, o olhar da comunicação realizada pelas mídias sociais, como ativismo digital. A premissa do texto se baseia na existência de uma crise na democracia representativa, em especial no Brasil, cujo entendimento se deu a partir de alguns aspectos evidenciados ao longo do trabalho. Defende-se ainda que é preciso olhar sem apego para esses fenômenos sociais-comunicativos e não formar sobre eles juízos perenes de valor, mas permitir que falem novamente em outros momentos. Conclui-se que ficou um recado dado pelos atores que protagonizaram as manifestações de rua: “Não nos olhem com as velhas ideologias”.

Palavras-chave

Democracia; Comunicação; Determinismo tecnológico; Novas tecnologias da comunicação.

Introdução

Há algum tempo pesquisadores indicam e analisam uma crise da democracia representativa mundial, inclusive apontando suas falhas e os caminhos para restabelecê-la. Entretanto, no Brasil especificamente, essa tal crise jamais havia se apresentado com tanta “personalidade” desde o movimento *Fora Collor* em 1992, como ocorreu em junho de 2013, nas recentes manifestações nas ruas das grandes cidades brasileiras.

Entre taxonomias, reflexões, metodologias e posições “político-partidárias”, muitos – pesquisadores, acadêmicos, políticos, jornalistas, juristas – saíram atrasados na reflexão deste fenômeno social-comunicativo. Alguns sustentaram, por exemplo, ser um movimento de protestos de uma juventude de classe urbana e média, logo taxada de “rebeldes sem causa”. Na sequência, porém, as manifestações de parte dos moradores de favelas do Rio de Janeiro derrubariam este argumento equivocado travestido de reflexão científica. A mídia e o Estado, instituições que apresentam, inicialmente, postura similar, também não demorariam muito para mudar de lado; para adotar um discurso de aproximação, em que

¹ Artigo apresentado no Eixo 4 – Política, Inclusão Digital e Ciberativismo, do VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura, realizado de 20 a 22 de novembro de 2013.

² Mestrando em Comunicação pela UFPR; MBA em Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Humano pelo IBPEX, em andamento; Graduado em Comunicação Social com habilitação em Publicidade, Propaganda e Marketing pelo UNINTER (2011). E-mail: hu.souza@gmail.com.

³ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR; Professora do Curso de Comunicação Social e do Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFPR. E-mail: myriandel@gmail.com.

supostamente respeitam e, duvidosamente, estão comprometidos em noticiar os vândalos, que, em minoria, durante as manifestações depredam prédios públicos e privados, e desfiguram o processo democrático, como a mídia tradicional fez tanta questão de sublinhar, em coberturas que abordavam centralmente os aspectos violentos dos fatos.

De forma geral, pode-se afirmar que tais manifestações não têm pauta definida, não surgem de maneira organizada, não têm roteiros nem lideranças, e são essas características que tornam truncada sua comunicação com instituições de poder já estabelecido na sociedade como o Estado, a mídia e até mesmo a academia. Ou seja, elas emitem outra fonte de comunicação, pouco explícita para uma análise mais convencional dos fenômenos sociais. É a quebra desse paradigma taxonômico que preocupa, põe medo e afronta as instituições citadas. O que se espera é que esse “abalo nos eixos” seja capaz também de provocar mudanças.

Lúcia Santaella afirma que “não é prudente se debruçar monograficamente sobre um fenômeno quando ele ainda se encontra em estado de fervura”. (SANTAELLA, 2010, p. 8). Qualquer fenômeno, porém, sob o prisma comunicacional que envolve as novas tecnologias de comunicação, como é o caso da forma de chamamento para as manifestações de rua, estará quase sempre em ponto de fervura, dado sua urgência de mobilização e suas formas contemporâneas de se tornar uma pauta social, interferindo na realidade, inicialmente a partir da interação virtual. Não se trata, portanto, de estacar no tempo essa reflexão como respostas para o fenômeno, mas como bem observou a autora na defesa de seu trabalho: “Tratamos aqui de pegar o pássaro na energia de seu voo, para apalpar suas características sem sofreguidão e sem a paixão que cega, de modo a extrair dessas características algumas lições a mais”. (SANTAELLA, 2010, p. 9). O pesquisador em comunicação cujo objeto envolva as novas tecnologias da comunicação estará sempre com esse desafio em mãos: “O de analisar o pássaro na energia de seu voo”. O que se defende nesse texto é a análise do fenômeno sem formar juízos ou dar a ele interpretações perenes. O que é preciso garantir é de deixar o objeto, ou ator coletivo, falar, o que quiser, no tempo que quiser. O que ele falará depois será o objeto de outras interpretações e análises. Ou então, caberá ao tempo tornar essa reflexão uma análise imutável e/ou o registro histórico desse fenômeno, hipótese da qual duvidamos por tratar-se de um movimento sem precedentes no país.

Pois bem, a proposta deste trabalho é provocar reflexões em relação ao cenário dessas manifestações, sob a premissa de uma “crise” na democracia representativa no Brasil,

reforçada pela avalanche de interpretações que se dão aos acontecimentos e que, inclusive, busca-se aqui, embora em aspectos pontuais, desconstruir; bem como entender os aspectos constituintes para se poder denominar o que ocorre de “crise”. É preciso também, entender a questão do determinismo tecnológico que emerge, inevitável e euforicamente, como é comum ocorrer em relação a outros fenômenos ligados às novas tecnologias de comunicação. Antes, contudo, apresentam-se os conceitos de democracia e democracia representativa que fundamentam essa reflexão.

Democracia e sua representatividade

Democracia, embora um dos termos mais conhecidos e discutidos em todo o mundo, possui uma amplitude conceitual complexa de explorar, sobretudo quando carregada das ideologias de quem tensiona sua definição. Etimologicamente, a palavra de origem grega, significa “governo do povo”. Denis L. Rosenfield (1994) ressalta que num primeiro olhar, é forte a questão quantitativa de “povo” para o conceito de democracia, como sendo o governo da “maioria” em clara oposição a monarquia (governo de um) e a aristocracia (governo de alguns). E assim também entendeu Norberto Bobbio:

Por democracia entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. (BOBBIO, 2000, p. 7).

Como observou John Markoff (2013, p. 23-27), a democracia foi uma forma de governo que por séculos se restringiu apenas aos considerados com “pleno direito”, ou seja, cidadãos homens, adultos e livres (excluindo mulheres, crianças, estrangeiros ou escravos). Hoje, notavelmente se admitem mulheres no processo democrático (no Brasil apenas em 1932 as mulheres conquistaram direitos políticos) e já não se tolera mais a escravidão. Isso serve para exemplificar que “a democracia é dinâmica” como defende o autor. Segundo ele:

Não há razão para acreditar que a noção de democracia a prevalecer daqui a dois séculos será a mesma hoje vigente, assim como nosso entendimento atual de democracia não é o mesmo de quando as revoluções sociais criaram novas instituições há pouco mais de dois séculos. (MARKOFF, 2013, p. 28).

Isso revela a visão culturalista do conceito de democracia. E nesta mesma perspectiva culturalista Reynold Williams (1969) ao corroborar com Weekley quando este aponta que a palavra passou a fazer parte do vocabulário político a partir da Revolução Francesa, diz que no século XVIII e início do século XIX, o termo era aplicado de maneira desfavorável para descrever os “impulsos desordenados da plebe”. Para o autor, o termo passou a representar “os efeitos produzidos na Inglaterra pelas Revoluções francesa e norte-americana e assinalam uma frase crucial da luta que ali se travou pelo que atualmente chamaríamos representação democrática”. (WILLIAMS, 1969, p. 16).

Um segundo ponto a ser observado, não menos importante, é a aproximação/imbricação entre os conceitos de democracia e liberdade. A liberdade entendida é tanto a liberdade geral, do Estado em não sujeitar-se às questões externas, como de cada indivíduo em particular. Portanto, uma democracia é forte o bastante quando o governo é autônomo o suficiente perante as externalidades e, simultaneamente, tem como pedra angular a preservação das liberdades individuais.

A Democracia Brasileira em Crise

Em texto sobre as manifestações de rua de junho de 2013, Marcos Nobre ao se referir o sistema político brasileiro, pós ditadura militar, afirma que, “ao longo de vinte anos, esse sistema cuidou tão bem de se blindar contra a força das ruas que não podia mesmo entender como as ruas o tinham invadido com tanta sem cerimônia”. (NOBRE, 2013a, p. 5). Ao que parece, este pode ser um primeiro ponto de partida para se pensar sobre a truncada comunicação entre o povo e suas instituições democráticas e, portanto, em uma democracia em crise⁴, que com certeza, envolve vários outros fatores para sua emergência.

Em entrevista ao programa *Entre Aspas* da Globo News, Nobre (2013b) esclareceu que essa blindagem se iniciou com o impeachment do ex-presidente Collor e, ao longo do tempo foi se acentuando. O problema dos pactos partidários realizados no país, em especial

⁴ Cabe esclarecer aqui, não observou Nobre que essa blindagem no contexto da época – de transição de um sistema autoritário para a democracia – pode ter sido um recurso importante para aquele momento específico. Se, como visto, uma democracia para ser forte o suficiente precisa preservar as liberdades (do Estado e as individuais), pelo menos enquanto ainda é principiante é preciso garantir essas liberdades e, conseqüentemente a consolidação do processo democrático. Ao contrário, Nobre parece ter dado a ela um juízo de erro político optando por chama-la de “pemedebismo”. Neste ponto sua reflexão não será útil aos intentos deste trabalho, por isso, essa adjetivação será ignorada.

nos governos mais recentes, pode ser analisado, à luz dessa democracia ainda frágil, em nome da governabilidade e como garantia aos avanços sociais, que significam a inclusão, não apenas econômica, mas também política, de milhões de cidadãos ao sistema democrático representativo. Em função desses pactos de governabilidade realizados na forma de grandes alianças políticas, o sistema político deixa de ser, em parte, polarizado. Simultaneamente, a grande mídia tradicional, representada pelos poucos jornais de circulação nacional e regional e pelas grandes emissoras de rádio e TV, repercutem apenas o que interessa, com relação ao pacto geral de não polarização, mas também aos interesses políticos partidários específicos que de certa forma estabelecem brechas nessa blindagem. De qualquer forma, como consequência, a população fica sem nenhum canal de comunicação com o poder. Em especial, porque também, ao longo do tempo de formação da sociedade nacional, os brasileiros deixaram de construir, com as ênfases necessárias, organizações, coletivos e canais fortes de negociação social e cidadã com as instituições de poder.

O que pesa, portanto, é que os governos democráticos recém estabelecidos continuaram a promover essa “blindagem” para garantir poder e estabilidade político-partidária.

Qualquer cidadão, por exemplo, que queira se opor ao sistema e montar um novo partido, não enfrentará um processo tranquilo pela frente. Além de reunir assinaturas de cento e um fundadores em pelo menos um terço dos estados, novas legendas necessitam de meio por cento dos votos dados na última eleição à Câmara Federal, sem os brancos e nulos, como apoio mínimo de eleitores⁵. É o que enfrenta a ex-senadora Marina Silva na criação da Rede Sustentabilidade: a legenda não conseguiu até agora validar todas as assinaturas necessárias de apoio de eleitores e corre contra o tempo para cumprir o prazo final, 5 de outubro de 2013.

É bem verdade que a criação de uma nova legenda não poderia ser um processo de todo fácil; isso traria problemas ao próprio processo democrático, haveria milhares de legendas, por exemplo. Contudo, some-se a isso o Projeto de Lei de autoria do Deputado Edinho Araújo (PMDB/SP), o PL 4470/2012 que, em síntese, proíbe o parlamentar que mudar de partido levar consigo as cotas de tempo de rádio e TV e os recursos do Fundo Partidário, essenciais para o processo democrático. Veja que este parece ser outro caso de

⁵ Cf. <<http://www.tre-mg.jus.br/partidos/criacao-de-partidos>>.

“blindagem” do sistema político. Ainda que a sigla seja idealizada por Marina Silva, só serve se for apoiada por aproximadamente 500 mil assinaturas de eleitores; muitos deles ansiosos por um novo partido que lhes dê mais espaço para discussão.

Outros exemplos merecem lembrança: a) PEC 33/2011, de autoria do Deputado Nazareno Fonteneles (PT/PI), que submete as decisões do Supremo Tribunal Federal, o STF, ao Congresso; b) PEC 37/2011, de autoria do Deputado Lourival Mendes (PTdoB/MA), propunha eliminar os poderes de investigação do Ministério Público. Foi derrubada em 25 de junho por 430 votos, após as manifestações no país; c) PEC 99/2011, de autoria do Deputado João Campos (PSDB/GO), que autoriza entidades religiosas a questionarem leis no STF e; d) PDC 234/2011, também de autoria do Deputado João Campos (PSDB/GO), conhecido como “cura gay”, o projeto propunha sustar o parágrafo único do artigo 3º e o artigo 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia, que impediam a atuação de psicólogos no tratamento e cura de homossexuais e de fazerem declarações públicas que reforcem preconceitos em relação aos homossexuais. Em 2 de julho de 2013 o projeto foi arquivado a pedido do próprio autor do projeto.

Esse comportamento mostra bem que a democracia, apesar de representativa, caminha na contramão da vontade do povo. PECs como a 33/2011 e 37/2011 estão em total dissonância com o que pensa a população sobre as atividades do Ministério Público e do STF desde o conhecido caso do julgamento do Mensalão (Ação Penal 470). Em busca rápida nas mídias sociais é possível perceber a indignação popular com as propostas citadas; alvo, inclusive, das manifestações de rua em junho de 2013. Por que então, propô-las?

Como agravante, o Estado subestimou a capacidade da população de revoltar-se, como pode ser observado na fala do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do RJ, Coronel Erir Ribeiro Costa Filho, em entrevista ao programa *Entre Aspas* da Globo News. O Coronel assumiu que foram suprimidas das academias de policiais e soldados as disciplinas de controle de distúrbios, sendo o Batalhão de Choque a única unidade que possui o domínio dessas técnicas. Em sua fala, percebemos a instabilidade do momento.

A atuação das unidades de controle de distúrbios praticamente está ficando acuada. Todos os órgãos, inclusive instituições, não estão querendo que as polícias usem bala de borracha, gás lacrimogênio, caminhão de água, som. Então... O que as polícias militares vão utilizar para o controle de distúrbios? Esses órgãos tem que nos dizer, praticamente, o que que nós vamos ter que utilizar contras essas pessoas. (FILHO, 2013).

Com isso, até agora compõe esse cenário de reflexões: a) um sistema político em parte blindado e na contramão do que deseja o povo e; b) um Estado atônito sem saber como proceder para conter e resolver esses “distúrbios”⁶. Encaminha-se essa reflexão para a existência de um terceiro elemento, um *elemento comunicacional*: c) uma surdez do sistema político, uma comunicação truncada, até mesmo em razão da blindagem como bem observou Nobre (2013), mas também da ausência de canais de negociação construídos pela própria sociedade, com capacidade de articular interesses dos cidadãos com os grupos de poder.

Temperando com a Comunicação

Perceba-se aqui o entendimento que o sistema político tem obrigação de ouvir a população. Seja por meio de qual canal for, institucionalizado ou não. Os exemplos que são trazidos servem para mostrar o quanto o sistema não se alinha às novas tecnologias enquanto canal de comunicação para uma parte significativa da população; o que ocorre é uma espécie de surdez.

O primeiro exemplo emblemático foi o caso da petição pública virtual no site Avaaz⁷ pelo impeachment do Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), suspeito de crimes de peculato, falsidade ideológica e falsificação de documentos. Cabe considerar que a petição já havia iniciado antes da eleição de Calheiros, e que o povo já mostrava sua irritação; foi ignorado; o senador foi eleito em 1º de fevereiro de 2013 com 56 votos. A petição continua ativa e já ultrapassa a marca de um milhão e meio de assinaturas. Ela foi entregue simbolicamente, em 20 de fevereiro de 2013, aos senadores Pedro Simon (PMDB/RS), Cristovam Buarque (PDT/DF), Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e João Capiberibe (PSB/AP). Renan Calheiros, alvo das críticas, havia lançado uma semana antes, dia 15, nota oficial comentando o caso em que disse: “O número de assinaturas não é tão importante quanto a mensagem”. (CALHEIROS, 2013). Entretanto, a mensagem não foi ouvida.

Muito embora não tenha valor jurídico como apontam os especialistas em direito digital, o valor simbólico da petição deveria ser suficiente – no contexto em que se

⁶ A palavra “distúrbios” lembra o que afirmou Williams (1969) sobre os “impulsos desordenados da plebe”.

⁷ Cf. <http://www.avaaz.org/pt/petition/Impeachment_do_Presidente_do_Senado_Renan_Calheiros>.

apresentou – para que o Senado (e principalmente os senadores presentes no ato) dessem respostas concretas para a população. Não o foi⁸; os senadores cumpriram as formalidades já esperadas em dizer que as ruas estavam mostrando sua vontade, mas cobraram que as manifestações fossem às ruas. O Senador Ranfolde Rodrigues defendeu:

Dizer que não acabou com a eleição de Renan, é a demonstração de que a sociedade continuará mobilizada. Mas precisamos também mobilizar esses corações virtuais para que eles venham às ruas fazendo com que os parlamentares sintam o calor da pressão popular. (RODRIGUES, 2013).

A resposta de Eduardo Cruz, um dos integrantes do grupo, foi direta:

Foi mencionado por parte dos Senadores que tem que ter negócio nas ruas. Como assim tem que ter negócio na rua? Não tem que ter negócios na rua. Uma petição virtual é a opinião do povo. Você não pode questionar o veículo com que essa opinião do povo chega no lugar. (CRUZ, 2013).

Percebe-se na fala de Eduardo Cruz a irritação com o fato de se ter realizado um ato simbólico dessa força – afinal, um milhão e meio de assinaturas é mais que o meio por cento necessários para a criação de um novo partido – e a resposta mais concreta obtida do Senado foi um pedido de ir às ruas.

Na sua entrevista ao programa *Entre Aspas* da Globo News o Coronel Erir também demonstrou a incapacidade de comunicar-se e depurar o que ocorre,

A dificuldade hoje, que... nós não temos com quem dialogar. Hoje nós não podemos... é... tudo redes sociais. Não se tem um líder. Como era convencional, nós até discutimos com essas pessoas. E hoje o que me estranha como profissional de 33 anos... é que... inclusive a mídia, tá sendo... é... atingida. Não é só uma emissora, são todas as emissoras de televisão que não têm esse direito de cobrir um evento desse. Por que que eles estão fazendo isso? Ninguém sabe. (FILHO, 2013).

A espontaneidade com que surgem e o como se organizam, sem lideranças nem roteiros, é a marca inusitada dessas manifestações virtuais, que seguem para as ruas, e, falas como esta, deixam evidente isso. Deixam evidente ainda que o povo conseguiu driblar a falta de canais de negociação acessíveis à maioria e encontrou novos modos e novos canais para viabilizar suas insatisfações. Contudo, também fica claro que estes canais não são ainda dominados pelo sistema; tanto que se conseguiu dar como única resposta a repressão policial

⁸ Veja, em momento algum se defende aqui que toda demanda popular deve ser atendida. O caso é emblemático.

que, inclusive, provocou a revolta em grande parcela da população, reforçou e legitimou ainda mais as manifestações.

Em seu novo livro, *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*, Manuel Castells observa que,

Na experiência histórica e na observação dos movimentos analisados neste livro, os movimentos sociais muitas vezes são desencadeados por emoções derivadas de algum evento significativo que ajuda os manifestantes a superar o medo e desafiar os poderes instituídos apesar do perigo inerente a suas ações. (CASTELLS, 2013, p. 157-158).

Em seguida comenta que ao vencer o medo, os movimentos sociais são tomados por uma emoção positiva de entusiasmo. “Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente”. (CASTELLS, 2013, p. 158). Foi mais ou menos assim que funcionou a repressão policial, como um combustível para esse processo de “entusiasmo social”.

E não somente no momento de sua explosão nas ruas, mas como prevenção, o sistema também não conseguiu atuar. Como se sabe, a maioria dos governos estaduais e a Presidência da República têm contas no Twitter, Facebook, Blogs, entre outros canais online. Por que então não previram essa onda de insatisfação que tomou as ruas?

Augusto de Franco (2013a) bem observou que o fenômeno é o “enxameamento” das redes; um grande contingente de pessoas se reúne sem qualquer convocação centralizada conforme explica (2013b),

não podem ser planejados por um grupo centralizado, não podem ser urdidos por um comitê central e nem podem ser convocados por meios *broadcasting*. Só ocorrem quando se trafega pelos canais próprios das redes, por meios P2P, ou seja, quando o fluxo percorre os múltiplos caminhos de topologias distribuídas. São necessários muitos feedbacks, muitos laços de retroalimentação de reforço, muitas reverberações, para que pequenos estímulos provenientes da periferia dos sistemas estáveis afastados do estado de equilíbrio, possam se amplificar de modo a modificar o comportamento dos agentes do sistema como um todo. Só quem pode fazer isso é a rede, não hierarquias. (FRANCO, 2013b).

O que temos, portanto, é uma nova forma de comunicação; a distribuição da rede, a ausência de uma liderança ou roteiros não parece ser problema para o sucesso do evento. Castells também defende que

Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos. Desse modo, não precisam de uma liderança formal, de um centro de comando ou de controle, nem de uma organização vertical, para passar informações ou instruções. Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral. (CASTELLS, 2013, p. 160).

As manifestações no Brasil são o exemplo dessa sociedade em rede, cada vez mais conectada. A democracia é representativa, mas a sociedade busca ser distribuída e cooperativa. Essas são, talvez, as evidências de que a comunicação, ou a falta dela, e inclusive as novas organizações do social, é algo que nasce à revelia dos meios. Por isso se faz tão necessário desconstruirmos alguns discursos de determinismo tecnológico que surgem em contextos como este.

Sem anacronismo e determinismo tecnológico, por favor

A forma como a sociedade se organiza hoje, é diferente de vinte anos atrás. Não adianta utilizar ideologias e modelos antigos para explicá-la, portanto. A sociedade foi às ruas num grito de basta e não pelo fim do capitalismo ou pelo socialismo. São essas tentativas de justificar e tabular as manifestações com “velhas taxonomias”, que podem ser chamadas de anacronismo.

Como se sabe, houve diversas tentativas de explicar e classificar os atos como de vândalos, de baderneiros, de classe média, de esquerda, de direita, de jovens revoltados sem razão, enfim, não faltaram adjetivações. Houve, ainda, a tentativa de encontrar as lideranças e centros de poder que articulavam o processo, como se pode perceber na fala do Coronel Erir. Os manifestantes resistiram a todas essas tentativas imprimindo algo novo nas manifestações e, mais do que isso, mantiveram-se firmes nessa relação. O caso da petição contra Renan Calheiros, em que os senadores pediram aos ativistas que fossem às ruas, também considera-se ser um exemplo final de anacronismo.

O cenário dessas manifestações – quer se queira quer não – exemplificou o que foi rejeitado inicialmente: uma sociedade em rede disposta a mudar a realidade social, como observaram Castells e Franco. Em sua palestra no evento TEDxSP, Augusto de Franco

chegou a dizer que “a sociologia tradicional não consegue explicar isso [*essa sociedade em rede*]. É a nova ciência das redes que vem explicando”. (FRANCO, 2012).

Entretanto, ao polarizar esse discurso, é preciso relativizar fortemente o determinismo tecnológico, ou seja, aquele que condiciona à tecnologia, enquanto ferramenta, esquecendo-se das práticas e processos comunicacionais, a capacidade de solver as mazelas da sociedade; a promessa de emancipação de toda uma sociedade pelo técnico.

De fato, é preciso dar algum crédito as infinitas possibilidades que as novas tecnologias trazem às práticas comunicacionais, sobretudo quando a tomamos como parte do tecido social “dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. (CASTELLS, 2000, p. 43). A tecnologia, contudo, é também apenas um meio capaz de contribuir às necessidades de comunicação dessa sociedade em rede e, talvez, nada mais que isso. A reflexão que se quer provocar aqui se estabelece numa perspectiva cultural. É preciso dar algum crédito as tecnologias, mas é preciso dar um crédito maior à própria sociedade; a como ela se organiza, e como utiliza as ferramentas tecnológicas para seus intentos.

Online ou Offline, o que é que vale?

Uma das preocupações constantes dos pesquisadores, e uma das bandeiras frequentemente levantadas é de que é preciso “sair do sofá” para que a coisa ganhe força e dê resultados. Novamente, lembramos como exemplo o caso da petição de impeachment contra Renan Calheiros.

A manifestação em si é e foi um convite e, sobre isso, temos como exemplo a simbólica hashtag “#vemprarua”. Mas é preciso perguntar: essa bandeira está com a razão? É somente nas ruas que a “vontade do povo” realmente tem força?

Uma perspectiva possível é que para esta sociedade contemporânea – de jovens conectados e mobilizados – o híbrido entre online e offline é suficiente. Eles conseguem produzir, consumir e compartilhar informações gerando discussão, reflexão e até mudança por estes canais. Já as instituições brasileiras não acompanham essa dinâmica e, por isso, não entendem a comunicação que vem dessas novas plataformas. Tem se com isso, um problema de comunicação. E como resolver isso?

O que é reivindicado online, portanto, precisou ser institucionalizado para ser acolhido. O caminho foi ir às ruas, materializar as reivindicações que já se davam há muito tempo no online. Essa era a forma como as instituições poderiam tomar consciência da grande insatisfação popular.

O tal “ativismo de sofá” (WOLTON, 2004), tão criticado e inclusive representado em cartazes do tipo “saímos do *facebook*”, não deveria ser a questão. Se há um ativismo de sofá, há ativismo, e não inércia.

Não se questiona aqui a capacidade entre o online e o offline para as questões sociais. Embora Castells (2013) defenda que é no espaço público, nas ruas que se dão as transformações sociais, a inquietação que se pretende dividir aqui é que, não ser ouvido na plataforma online pode ter sido uma das razões para o povo ter ido às ruas. A preliminar sensação de que o Brasil não foi às ruas porque é apenas lá que se trava a luta democrática, mas, ao que parece, foi às ruas porque suas reivindicações não eram ouvidas no canal virtual que havia lhe restado, insiste em retornar — e retornar como uma inquietação.

Considerações finais

Às vésperas de finalizar essas considerações finais, não se pode furtar de comentar, algo novo na arena política que chamou a atenção. Natan Donadon (sem partido-RO), ex-PMDB, Deputado Federal condenado pelo STF por desviar R\$ 8 milhões quando era servidor na Assembleia de Rondônia, preso há dois meses no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, teve seu mandato de parlamentar mantido pelos colegas em votação na Câmara. É a primeira vez na história da democracia brasileira que temos um Deputado Federal presidiário.

Mas fatos como este, para além de causar a catarse, devem ser encarados como uma confirmação de dois dos pontos presentes nessa reflexão: a) que se trata de um sistema político blindado com relação a certos interesses desse sistema e que caminha na contramão do povo e; b) que se trata de uma sociedade em rede, cuja estrutura é a distribuição e cujas práticas são a capacidade de se reorganizar independente de hierarquias.

O cenário só pode ser descrito como em crise — a crise de uma democracia representativa que se fecha para garantir interesses, em especial, da elite política na qual, temperada com uma nova questão comunicacional, percebe-se não ser mais capaz de ouvir

os brasileiros. E o povo parece dizer exatamente isso: “Não nos representa”. Apesar dos votos que elegeram todo um Congresso Nacional.

Ao contrário do que muitos afirmavam o povo não estava politicamente inerte, e muito menos está agora. As manifestações provaram o contrário e, como bem observado por Castells: “Sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet”. (CASTELLS, 2013, p. 160). Portanto, afirmações do tipo “o gigante adormeceu” repetirão o mesmo erro inicial do “politicamente inerte”. As manifestações encontram no espaço livre da internet, seu lugar de reorganização e reestruturação até que traga à baila novas “respostas de indignação” para casos como o de Donadon.

Elas romperam com a lógica da mobilização social como estávamos acostumados, a começar pela diversidade de pautas, algo que, aliás, foi duramente criticado. No início o que ficou aparente foram os problemas de aumento de passagem e os gastos com a Copa do Mundo, entretanto, logo surgiram novas pautas, novas insatisfações. O que reforça o entendimento de que as demandas eram muitas, retraídas e acumuladas, aguardando por um canal e um contexto que suportassem expressá-las.

Grande parte das opiniões iniciais encaminhou-se no sentido de que era preciso propor uma pauta, institucionalizar, que ir às ruas apenas para dizer basta, não era suficiente, não chegaria a lugar algum; que era preciso apresentar alternativas de políticas públicas e não “apenas tomar as ruas”, que isso “era muito fácil”. Bem, não pareceu ser tão fácil do modo como ocorreu.

Não se viu apenas um grito de basta coletivo, mas também se observou um grito individual de basta. As demandas únicas se encontraram no espaço da coletividade, online ou offline, e se fizeram presentes. Quem poderia imaginar que essas demandas tão diversas seriam uma das principais características de uma manifestação que se estendeu por todo o país? Algo muito semelhante já ocorria nas redes sociais online. Estamos falando de *A sociedade individualizada* de Bauman (2008); de *O show do eu*, de Paula Sibilia (2008).

A preocupação em discutir vandalismo e violência não é o objetivo central das manifestações. Para isso já existe o entendimento de que a violência também vem do Estado quando desvia verba destinada à Educação e à Saúde; a violência também vem da mídia hegemônica que oportunamente muda seu discurso e que tenta, a todo custo, cooptar uma opinião pública a favor de suas ideologias. E isso não significa dizer que se está validando o vandalismo ou a violência, muito pelo contrário, os gritos foram de “SEM-VI-O-LÊN-

CIA!”, engana-se quem pensa assim. Significa que o que está questionando é a complexidade em que estão envolvidos estes conceitos. De onde vem nosso olhar? O que consideramos de fato vandalismo e violência e se estes conceitos estão sendo tensionados de maneira correta em sociedade? Este, no entanto, é objeto para outra discussão, cabendo aqui apenas uma provocação.

Insiste-se ainda em voltar à questão do “ir às ruas” como um aviso-resposta da sociedade em rede para as instituições. Um aviso de que é preciso abraçar novos canais para dialogar com uma nova sociedade; e uma resposta de que “o povo não é bobo” que não vai permitir não ser mais ouvido. Entretanto, fica apenas a provocação, este também será objeto de outra análise.

Retorne-se ao início dessa reflexão, às frases de Santaella, para dizer que o que se tentou aqui foi apalpar o pássaro na energia do seu voo, e tirar disso lições a mais. Era previsto que neste texto não se desse conta de revelar todas as nuances e, justamente por isso, a escolha foi pela reflexão.

Por fim, a sociedade em rede nunca será uma ilustração póstuma das teorias. Ao contrário, ela é, de fato, e esses recentes acontecimentos têm mostrado isso, a forma mais originária, viva e candente em profunda transformação social, da teoria que depois é sistematizada para compreender a sociedade e seus fenômenos.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CALHEIROS, Renan. **Nota Oficial: Presidente Renan fala sobre manifestação do site da Avaaz e aponta desafios à frente da presidência do Senado**. Brasília, 15 fev. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/senado/presidencia/nota-oficial/renan-calheiros/presidente-renan-fala-sobre-manifestacao-do-site-da-avaaz-e-aponta-desafios-a-frente-da-presidencia-do-senado>>. Acesso em: 15/07/2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CRUZ, Eduardo. **Ativistas entregam petição com 1, 6 mi de assinaturas pedindo saída do presidente do Senado.** [Vídeo]. Disponível em: <<http://youtu.be/JAQhgD1a19w>>. Acesso em: 10/07/2013.

FILHO, Erir Ribeiro Costa. **Convidados debatem protestos e violência que agitaram o Rio nas últimas 24 horas.** Entrevista ao programa Entre Aspas da Globo News. [Vídeo]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/entre-aspas/videos/t/todos-os-videos/v/convidados-debatem-protestos-e-violencia-que-agitaram-o-rio-nas-ultimas-24-horas/2701842/>>. Acesso em: 30/07/2013.

FRANCO, Augusto. **Redes Sociais. Como funcionam as ligações entre as pessoas?** [Vídeo]. Disponível em: <<http://www.tedxsaopaulo.com.br/augusto-de-franco/>>. Acesso em: 20/11/2012.

_____. **As velhas estruturas políticas, jurídicas e sociais não dão mais conta de regular uma sociedade crescentemente interativa.** Entrevista à Rádio CBN. [Áudio]. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/programas/jornal-da-cbn/2013/06/18/as-velhas-estruturas-politicas-juridicas-e-sociais-nao-dao-mais-conta-de-regular-uma.htm>>. Acesso em: 20/08/2013a.

_____. **GUERRA OU PAZ? Sobre as tentações militantes que acoçam alguns participantes das manifestações de rua em São Paulo e alhures.** Disponível em: <http://escoladeredes.net/group/a-terceira-invencao-da-democracia/forum/topics/guerra-ou-paz?commentId=2384710%3AComment%3A182235&xg_source=activity&groupId=2384710%3AGroup%3A181028>. Acesso em: 20/08/2013b.

MARKOFF, John. **Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras.** Sociologias, Porto Alegre, vol.15, n.32, pp. 18-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15/08/2013.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: razões da revolta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013a.

_____. **Convidados analisam as inquietações que marcaram este mês de junho em Brasília.** Entrevista ao programa Entre Aspas da Globo News. [Vídeo]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/entre-aspas/videos/t/todos-os-videos/v/convidados-analisam-as-inquietacoes-que-marcaram-este-mes-de-junho-em-brasilia/2660238/>>. Acesso em: 20/07/2013b.

RODRIGUES, Randolfe. **Randolfe recebe petição “Fora Renan”.** Disponível em: <<http://blogdorandolfe.com.br/randolfe-recebe-assinaturas-da-peticao-%E2%80%9Cfora-renan%E2%80%9D-e-cobra-mobilizacao-tambem-nas-ruas/>>. Acesso em: 10/08/2013.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva no Twitter.** São Paulo: Paulus, 2010.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1780-1950.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (p. 15-21).

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação.** Brasília: UnB, 2004.